



**MUNICIPIO DE MOGI MIRIM**  
**Estado de São Paulo – Brasil**

Rua Dr. José Alves, 129 – Centro – Fones: (19) 3814-1060/1052



**CONTRATO Nº 058/2017**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETECÇÃO,  
MEDICÃO, REGISTRO E PROCESSAMENTO DAS  
IMAGENS DAS INFRAÇÕES DE TRANSITO POR  
EXCESSO DE VELOCIDADE, NAS VIAS DO  
MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM/SP.**

Por este instrumento de contrato, de um lado o **Município de Mogi Mirim**, Pessoa Jurídica, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José Alves nº 129, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.332.095/0001-89, neste ato representado pelo Senhor **VITOR RUBENS MARIOTONI COPPI**, Secretario de Transporte, Trânsito e Serviços, de ora em diante designado simplesmente "**CONTRATANTE**"; e, de outro lado à empresa **SPICE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida à Avenida Juscelino K. de Oliveira nº 154 – blocos A,B,C, Lageado, na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.965.293/0001-28 e Inscrição Estadual nº. 717.100.231.116, neste ato representado pelo Senhor **MARCO ANTONIO BELDI**, sócio Administrador, brasileiro, portador do documento RG. nº 4.169.338 SSP/SP e CPF. nº 794.694.698-87, de ora em diante designada simplesmente "**CONTRATADA**"; e, de conformidade com os elementos constantes do edital do Pregão Presencial nº 026/2017 e seus anexos, e ainda com fulcro nas disposições da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, têm, entre si, como certo e avençado o presente contrato para prestação de serviços de detecção, medição, registro e processamento das imagens das infrações de transito por excesso de velocidade, nas vias do Município de Mogi Mirim/SP, que fica materializado no presente instrumento, o qual reger-se-á segundo as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e outorgam, a saber:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO - A CONTRATADA** por força do presente instrumento obriga-se nos termos do edital do Pregão Presencial nº 026/2017, seus anexos e de sua proposta e financeira apresentada, a qual fará parte integrante deste contrato a prestação de serviços de detecção, medição, registro e processamento das imagens das infrações de transito por excesso de velocidade, nas vias do Município de Mogi Mirim/SP, conformidade com o ANEXO VII – Termo de Referência do edital.

| ITEM                         | DESCRIÇÃO  | QUANT | UNID. | V. UNIT.       | V. TOTAL       |
|------------------------------|--|-------|-------|----------------|----------------|
| 1                            | IMPLANTAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA RADAR/INFRAESTRUTURA E SUPORTE                           | 2,00  | SER   | R\$ 9.964,60   | R\$ 19.929,20  |
| 2                            | LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/RADAR  | 10,00 | MÊS   | R\$ 14.168,54  | R\$ 141.685,40 |
| 3                            | SERVIÇO COMPLETO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA/EQUIPAMENTOS EM GERAL              | 10,00 | MÊS   | R\$ 5.298,32   | R\$ 52.983,20  |
| 4                            | LOCAÇÃO SISTEMA DE CONTROLE DE IMAGENS E GERAÇÃO DE ARQUIVOS DE DADOS INCLUINDO SOFTWARE | 10,00 | MÊS   | R\$ 220,22     | R\$ 2.202,20   |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO..... |  |       |       | R\$ 216.800,00 |                |

§ 1º - Ficam fazendo parte integrante do contrato, independentemente de transcrição, com perfeito conhecimento das partes contratantes, o citado edital do Pregão Presencial nº 026/2017, seus anexos e a proposta comercial apresentada.

§ 2º - A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, devendo repará-los de imediato, sem qualquer ônus adicional a CONTRATANTE.

§ 3º - A CONTRATADA exonerará a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou mesmos prejuízos que sejam causados por terceiros e/ou por acidentes no decorrer do serviço contratado.



**§ 4º - É expressamente vedado à empresa vencedora subempreitar os serviços no todo ou em parte**

**CLÁUSULA II - DA EXECUÇÃO, DO LOCAL, DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO TREINAMENTO** - Os serviços deverão ser executados conforme proposta comercial, de acordo com as programações estabelecidas pela Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana.

§ 1º - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as datas e os horários dos serviços estipulados pela Secretaria de planejamento e Mobilidade Urbana.

§ 2º - As notas fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas para a Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana.

§ 3º - É de responsabilidade da contratada o reparo **de imediato**, depois do comunicado da Administração Municipal, de quaisquer serviços executados fora das especificações, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

§ 4º - A CONTRATADA deverá iniciar a operação de todos os equipamentos e sistemas em até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana.

**CLÁUSULA III - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO** - Para cobrir as despesas oriundas com o objeto do contrato será onerada as seguintes dotações orçamentárias do programa para o exercício de 2017 e no que couber a 2018.

**676 - 0118011545204262.134.33903900**

**CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS** - O CONTRATANTE obriga-se a pagar pelos serviços, os preços firmes e irrevogáveis consignados na **CLÁUSULA I - DO OBJETO**, deste instrumento contratual.

§ 1º - Atribui-se ao presente contrato o valor global de **R\$ 216.800,00 (duzentos e dezesseis mil e oitocentos reais)**, considerando o preço unitário e a quantidade total dos serviços ofertados no pregão.

§ 2º - No preço ofertado estarão inclusos todos os custos de responsabilidade da empresa licitante, sem a eles se limitarem, exemplificados como: administração local e central, transportes, seguros, alimentações, estadias, ajuda de custo do pessoal, mão-de-obra acrescida dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, benefícios, tributos, contribuições, impostos, taxas, emolumentos, danos, perdas, prejuízos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, tributos incidentes sobre a execução dos serviços, pedágio, seguro, recepção, mobilização, desmobilização, deslocamento dos materiais e equipamentos necessários, combustíveis, higiene, segurança e medicina no trabalho, etc., de modo que o preço proposto constituir-se-á na única contraprestação do MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM pela efetiva execução dos serviços.

**CLÁUSULA V - DO REAJUSTE** - Os pedidos de reajustes só poderão ocorrer anualmente, de conformidade com a Lei Federal nº 10.192/01 e subsequentes, contados a partir da data da assinatura do contrato.

§ 1º - Fica designado o índice IPCA-IBGE para o reajustamento dos preços, nos termos do Parágrafo 8º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

§ 2º - Os pedidos de reajuste de preços deverão ser apresentados por escrito e acompanhado dos documentos pertinentes para análise e dirigidos a **CONTRATANTE**.

*[Handwritten signatures]*





I - A CONTRATADA perderá o direito de exigir, retroativamente, o reajuste dos preços contratados se não solicitá-lo até, no máximo, o mês subsequente ao de sua incidência; ultrapassado este prazo os efeitos financeiros do reajuste somente terão vigência a partir da data da solicitação.

§ 3º - Em caso de eventual mudança do atual plano econômico do País, ficará adotado para este edital e para o futuro contrato o novo sistema de moeda e correção que venha a ser substituído, observando sempre, a legislação pertinente.

**CLÁUSULA VI - DO PAGAMENTO** - O Município de Mogi Mirim pagará o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do objeto do presente licitatório e **fica condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, conforme estabelecido no Protocolo ICMS 42, de 03/07/2009 e na Portaria n. 162 CAT, de 29/12/2008, salvo outra hipótese contemplada na legislação tributária,** devendo a detentora emitir faturas referentes aos fornecimentos efetuados.

§ 1º - A empresa somente estará autorizada a emitir a fatura no valor dos serviços realizados após aprovado pela Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana.

§ 2º - O prazo de pagamento será no dia 15 do mês subsequente à data do aceite da Nota Fiscal, do recebimento definitivo dos serviços, por meio de depósito em conta corrente, através de ordem bancária, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente discriminada e atestada pela Secretária de Planejamento e Mobilidade Urbana.

§ 3º - **As empresas deverão cumprir com o exigido no Protocolo ICMS 42/2009, bem como deverão enviar o arquivo digital da NF para o e-mail [recebimentonfe@mogimirim.sp.gov.br](mailto:recebimentonfe@mogimirim.sp.gov.br), para o armazenamento de dados solicitado pela referida Portaria CAT nº 162/2008.**

§ 4º - Embora as empresas tenham ciência da obrigação de cumprir com o Ajuste SINIEF 07/05 para o cancelamento da Nota Fiscal Eletrônica em até 24 (vinte e quatro) horas de sua autorização, as mesmas deverão estar cientes também que, caso as NF-e sejam emitidas com incorreções, não serão aceitas pelo Município.

§ 5º - A empresa deverá mencionar na Nota Fiscal o número da licitação, o número do Contrato ou o número da Ordem de Serviço.

**§ 6º - Não serão aceitas Notas Fiscais com divergência de CNPJ, com relação ao empenho, em nenhuma hipótese.**

§ 7º - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento.

**CLÁUSULA VII - DA RESCISÃO** - O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

I - Falir, entrar em recuperação judicial ou extra judicial, tiver sua firma dissolvida ou deixar de existir.

II - Transferência parcial ou total do contrato a terceiros;

III - Infração de cláusulas contratuais;

IV - Atrasar injustificadamente a implantação e manutenção do sistema;



V - Desatender às determinações regulares da Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana e dos órgãos competentes;

VI - Por conveniência da Administração;

VII - Estiver praticando preços abusivos em relação ao mesmo item, cotado e/ou fornecidos perante outras Administrações Públicas;

VIII - Nas demais hipóteses previstas em Lei, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES** - Ressalvados os casos de força maior, a juízo do CONTRATANTE, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, independentemente de qualquer interpelação judicial, e nos seguintes casos:

I - De conformidade com o artigo 86 da lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas neste contrato e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, até o limite de 10 (dez) dias.

II - Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02 suas posteriores alterações, pela inexecução total ou parcial do fornecimento, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

§ 1º - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 2º - Após a aplicação de quaisquer penalidades acima previstas, realizar-se à comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando o fundamento legal da punição e informando que o fato será registrado no SICAF.

**CLÁUSULA IX - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO** - A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, quando serão reconhecidos seus efeitos, e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA X - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO AO EDITAL** - A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as determinações e exigências contidas no edital do Pregão Presencial nº 026/2017 e seus anexos, que fica fazendo parte integrante e inseparável





deste instrumento, independentemente de estarem aqui transcritas, sob pena de dar causa a rescisão deste contrato e responder pelas penalidades previstas.

**CLÁUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES E DO GESTOR** - O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a este contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:

**CONTRATANTE**

Secretario de Transporte, Trânsito e Serviços

Vitor Rubens Mariotoni Coppi

RUA DR. ARTHUR CÂNDIDO DE ALMEIDA Nº. 110 - MOGI MIRIM/SP - 19 - 3862-4535

**CONTRATADO:**

**SPLICE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

Marco Antonio Beldi, sócio Administrador.

Estabelecida à Avenida Juscelino K. de Oliveira nº 154 – blocos A,B,C, Lageado

Cidade Votorantin, Estado de São Paulo,

Fone: 15 – 3353.8300 – fax 15 – 3243.1016 - Comercial.radar@splice.com.br

§ 1º – Fica definido que a Secretária de Planejamento e Mobilidade Urbana será a gestora do presente contrato, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações, tramitação de notas de empenhos e fiscais junto ao Fornecedor, Secretaria de Finanças, bem como outros atos que se referem a este.

§ 2º – Caso o Gestor não obtenha êxito nas comunicações, caberá ao Secretário de Suprimentos e Qualidade as demais notificações.

**CLÁUSULA XII - DO FORO** - As partes elegem o Foro da Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

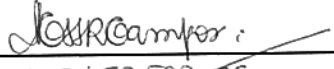
E assim, por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Mogi Mirim 10 de julho de 2017


  
**Vitor Rubens Mariotoni Coppi**  
**Secretario de Transporte, Trânsito e Serviços**

  
**Marco Antonio Beldi**  
**Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda**

**TESTEMUNHAS:**

  
**EDUARDO TELINI VALENTE**  
**OAB/SP 212.934**  
**Procurador Jurídico**

  
**JOURCAMPER**  
**CPF 263.453.508-26**

  
**CPF 057.592.958-88**





**PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - PROCESSO Nº 5.407/2017**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

CONTRATADA: SPLICE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CONTRATO Nº058/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 026/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de detecção, medição, registro e processamento das imagens das infrações de trânsito por excesso de velocidade, nas vias do Município de Mogi Mirim/SP.

ADVOGADO: EDUARDO TELINI VALENTE - OAB/SP 212.934 - Procurador Jurídico

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Mogi Mirim 10 de julho de 2017

**Vitor Rubens Marietoni Coppi**  
**Secretario de Transporte, Trânsito e Serviços**

**Marco Antonio Beldi**  
**Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda**  
[comercial.radar@splice.com.br](mailto:comercial.radar@splice.com.br)

